

Sumário

Introdução e Objetivos	1
------------------------------	---

Parte 1

Questões Gerais sobre o Tribunal do Júri em ambos os Países

1 Histórico e Previsão Legal	5
1.1 Principais diferenças entre o júri na Argentina e o júri no Brasil	11
2 A Importância do Júri na Democracia	13
3 Reforma Processual Penal no Brasil e Sistema Acusatório Adversarial ..	17
4 Investigação Penal Preparatória vs. Inquérito Policial	23
5 Etapa Intermedia e <i>Judicium Accusationis</i> como Filtros das Informações que Chegarão ao Julgamento	33
5.1 O <i>in dubio pro societate</i> e os riscos em pronunciar com provas frágeis no Brasil: além da dúvida razoável e outros standards probatórios	38
6 Requisitos para ser Jurado	41
6.1 Isenções e impedimentos	41

Parte 2

Conditio Sine Qua Non de Todos os Julgamentos por Jurados: os Controles até o Verdicto

7 <i>Voir dire</i>: Audiência de (des)seleção de Jurados vs. Seleção dos Jurados e as Possibilidades de Recusas	47
7.1 A paridade de gênero como uma das garantias de um julgamento justo	53

7.2 Sorteio informatizado dos jurados como garantia maior de imparcialidade frente ao alistamento no júri no Brasil	55
7.3 Recusa de jurados	59
7.3.1 Recusas imotivadas	60
7.3.2 Recusas motivadas	60
7.3.3 Recusas motivadas em caso de pluralidade de acusados	61
7.4 Desaforamento por possível parcialidade dos jurados	62
8 Atribuições do Juiz, dos Jurados e sua Salvaguarda	63
8.1 Atribuições do juiz	63
8.2 Atribuições dos jurados e sua salvaguarda	64
9 Dia do Julgamento: Principais Etapas	67
9.1 Argentina	67
9.1.1 Juramento e instruções iniciais	67
9.1.2 Alegações iniciais e carga probatória do ministério público	69
9.1.3 Inquirição de testemunhas, peritos e apresentação das provas ..	72
9.1.4 Alegações finais	73
9.1.5 Elaboração das instruções finais e opções de veredicto	74
9.2 Brasil	76
9.2.1 Juramento	76
9.2.2 Inquirição de testemunhas, peritos, informantes etc.	77
9.2.3 Debates	79
10 Instruções do Juiz aos Jurados	81
10.1 Presunção de inocência	87
10.2 Além da dúvida razoável	90
10.3 Sobre a inconstitucionalidade e inconveniência de não instruir os jurados no Brasil	96
11 Doze Jurados: o Número Chave	101

12 Deliberação	107
12.1 Regra do segredo da deliberação	115
13 Votação: Formulário de Veredicto vs. Quesitos	117
13.1 O formulário de veredicto na Argentina	117
13.1.1 <i>Culpable</i>	118
A) Delito principal: atribuído pela acusação	119
B) Delito menor incluído	119
13.1.2 <i>No culpable</i>	120
13.2 A elaboração de quesitos no Brasil	122
13.2.1 Materialidade e autoria	125
13.2.2 Quesito absolutório genérico	126
13.2.3 Agravantes e atenuantes da pena	131

Parte 3
O Veredicto e o Pós Veredicto como Reflexos
de todo o Controle do Julgamento

14 O Veredicto dos Jurados e Algumas Inquietações	135
14.1 A (i)motivação dos veredictos: da íntima convicção ao livre convencimento motivado	136
14.2 Unanimidade vs. Maioria simples: a soberania dos veredictos no Brasil como exigência implícita de unanimidade	145
14.2.1 Jurado estancado	151
14.3 O sigilo das votações no Brasil e a (im)possibilidade de veredicto unânime	154
14.4 Sigilo das votações e a incomunicabilidade dos jurados	156
14.5 Audiência de cesura de juicio vs. Fixação imediata da pena	157

15 Recursos	159
15.1 O ne bis in idem e a proibição de submeter o réu a novo julgamento em caso de sentença absolutória	160
15.2 Decisão contrária à prova dos autos: recurso bilateral?	168
15.3 Revisão ampla do recurso	176

Parte 4
A Diversidade do Tribunal Popular

16 Demais Possibilidades de Atuação do Júri: Além do Direito Penal e Outras Particularidades	183
16.1 Júri indígena na Argentina e Brasil: primeiras experiências	183
16.1.1 <i>Ne bis in idem</i> na ótica de um caso indígena	187
16.2 Júri em matéria cível na Argentina	189
16.3 Projetos e possibilidades em andamento	194
17 Considerações Finais	197
18 Referências Bibliográficas	201